

COLÉGIO MILITAR DE BELÉM

Estudo Técnico Preliminar 52/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 65311.006966/2025-59

2. Descrição da necessidade

2.1 Inserido no contexto do Sistema de Colégio Militar do Brasil, o Colégio Militar de Belém tem como missão ministrar a educação básica, nos níveis fundamental, do 6º ao 9º Ano, e médio, do 1º ao 3º Ano, em consonância com a legislação federal da educação nacional, obedecendo às leis e aos regulamentos em vigor, segundo valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro, com o objetivo de assegurar a formação do cidadão e de despertar vocações para a carreira militar.

2.2 Para tanto, necessita realizar, a aquisição desses materiais que atenderá desta forma os padrões de qualidade no Ensino do Colégio Militar de Belém, conforme objetivo e missão deste Estabelecimento de Ensino, de modo a garantir a excelência no Ensino já reconhecido nacional e mundialmente para atender as necessidades das Divisões, Sub Unidades e Seções do Colégio Militar de Belém no desempenho das atividades pedagógicas e administrativas. O presente registro de preços pretende possibilitar a reposição dos estoques destes itens de uso contínuo, bem como aquisição de novos materiais necessários, com a finalidade de tornar viável o ensino aos alunos e militares deste Estabelecimento de Ensino. As quantidades estabelecidas no mapa de necessidades foram levantadas a partir de aquisições anteriores.

2.3 Será utilizada a modalidade pregão, na sua forma eletrônica, conforme Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.4 O objeto a ser licitado, com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação para além da vigência comum de doze meses prevista no parágrafo único Decreto nº 7.892/2013.

2.5 Os bens são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação dos termos do parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

2.6 Deste modo, a Administração busca atender o Princípio Constitucional da Eficiência estabelecido no Art. 37, CF de 1988, elaborado prévio de Registro de Preços para permitir que os créditos sejam executados em sua totalidade no momento de seu recebimento.

2.7 Diante do exposto, evidencia-se que é de fundamental importância a aquisição de materiais e equipamentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Educação Física	Sérgio Luiz da Silva Rodrigues
Seção de Educação Física	Lucas Monteiro da Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais esportivos, visando atender às necessidades administrativas e pedagógicas do Colégio Militar de Belém (CMBel). Os materiais a serem adquiridos são de uso contínuo e imprescindíveis para o funcionamento regular das atividades escolares, abrangendo setores como seção de educação física, equipes esportivas do CMBel, coordenação pedagógica, Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), direção, corpo docente, corpo de alunos e demais áreas administrativas.

4.2 Os itens contemplam, entre outros, bola de futebol, bola de handebol, bola de basquete, bola de voleibol, mesa de tênis de mesa, sapatilhas de atletismo, uniformes esportivos, espada de esgrima, tatame de judô, e demais materiais esportivos utilizados rotineiramente nas aulas de Educação Física do ensino fundamental e médio, equipes esportivas do colégio, aplicação de Testes de Aptidão Física e no apoio às atividades educacionais esportivas.

4.3 A contratação deverá assegurar o fornecimento de materiais de qualidade compatível com o uso frequente, atendendo às especificações técnicas mínimas exigidas, conforme levantamento realizado pelos setores demandantes. O fornecimento dos itens deverá ocorrer em conformidade com os quantitativos definidos em planilha anexa, com entrega no local indicado pela administração do CMBel, no prazo estipulado e com garantia de reposição em caso de avarias ou inconformidades.

4.4 Em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação vigente, especialmente na Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021, serão adotadas práticas que promovam o consumo responsável e a preservação ambiental. Dentre as exigências sustentáveis aplicáveis, destacam-se:

- Preferência por produtos reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, especialmente no caso de papel e embalagens;
- Proibição de aquisição de materiais com componentes tóxicos ou de difícil degradação, sempre que houver alternativa ambientalmente mais adequada;
- Redução do uso de embalagens plásticas, priorizando fornecedores que adotem embalagens reutilizáveis ou de menor impacto ambiental;
- Exigência de certificações ambientais válidas, quando aplicável (como selo FSC para papel, por exemplo);
- Prioridade para fornecedores que adotem práticas de logística reversa ou que promovam a responsabilidade socioambiental em seus processos produtivos.

4.5 Essas práticas visam garantir que a contratação ocorra de forma eficiente e responsável, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e para o fortalecimento de uma cultura institucional voltada à sustentabilidade.

4.6 O atendimento aos requisitos propostos garantirá a continuidade e a eficiência dos serviços educacionais e administrativos prestados pela instituição, promovendo um ambiente de trabalho funcional, organizado e ambientalmente consciente.

4.7 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Seishin, PENALTY, Mikasa, B530, Vollo, KIEF, STALO, Dresch sports, Cobram Spike Trainer, Drop Shot, Sportident BSF8, Physicus, Carchy, ALLSTAR, Favero, Stauton e LEAP. (Marcas apenas como referências).

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para embasar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar referências de preços, condições comerciais praticadas e a viabilidade de contratação por meio de adesão a registros de preços já vigentes.

5.2 Nesse sentido, foram consultadas as Intenções de Registro de Preços (IRPs) disponíveis na plataforma oficial, com o intuito de verificar a participação de fornecedores, itens similares e estimativas de preços praticados no mercado. Dentre as IRPs analisadas, as que possuíam poucos itens não permitiam adesão ou em sua maioria não contemplavam a maioria dos itens a serem adquiridos pelo Colégio Militar de Belém.

5.3 Esse levantamento permitiu uma melhor compreensão do cenário atual do mercado fornecedor, garantindo maior segurança à Administração na escolha da estratégia de contratação mais adequada, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. Tendo em vista a grande dificuldade de encontrar IRP que atenda a necessidade do Órgão, aliada a negativa dos fornecedores em manter os preços por ocasião da renovação das atas, opta-se por não renovar as atas.

5.4 Diante do exposto a solução mais adequada foi a realização de Pregão Eletrônico SRP, tendo em vista que este certame atenderá não somente o CMBel, e sim outras 7 UASG's situadas na cidade de Belém-PA.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Natureza dos bens: os materiais esportivos são classificados com bens comuns (uso diário, bolas de diversos esportes, uniformes esportivos, tatames, e demais materiais esportivos utilizados nas diversas modalidades esportivas oferecidas nas aulas de Educação Física do ensino fundamental e médio e das equipes de treinamento esportivo do CMBel).

6.2 Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP): o SRP pode trazer previsibilidade de custos, ganhos de escala e simplificação de controles para itens comuns de expediente. Será adotado esse sistema tendo em vista que a aquisição será realizada com a participação de outros Órgãos Militares da cidade de Belém-PA.

6.3 Renovação de quantitativos em ata: validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.3.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

6.4 Possibilidade de substituição (ou não) do termo de contrato por instrumento hábil na forma do art. 95, inc. II, da NLLC: tendo em vista que a entrega será imediata e não teremos entregas parceladas, o contrato será substituído pela Nota de Empenho.

6.5 Exigência (ou não) de garantia da contratação do art. 96 da Lei nº 14.133/2021: não será exigida tendo em vista que as contratações são de itens de baixo risco e com entrega imediata.

6.6 Eventual vedação de participação no certame: de acordo com o art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, não haverá vedação na participação do certame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades descritas no presente estudo foram estimadas através de parâmetros razoáveis, inerente ao histórico de consumo dos últimos anos, emitido pelo Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), conforme tabela em anexo.

7.2 O acréscimo de quantidade e itens, justifica-se, em virtude da recente implantação e atual processo de expansão, pelo qual este estabelecimento de ensino atravessa, sendo assim, a aquisição é determinante para a demanda apresentada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.017.863,28

Valor (R\$): 2.017.863,28

O valor total estimado para as aquisições é de R\$ 2.017.863,28.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A modalidade para aquisição será por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP que ao nosso ver, salvo melhor entendimento, a que melhor se atende as necessidades deste Estabelecimento de Ensino, em razão da sua vantajosidade, em conformidade com o que preceitua o art. 3º, do Decreto. 7.892/2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

9.2 A licitação na modalidade do tipo Pregão, para a compra de materiais, como regra geral foi dividida em itens.

9.3 A divisão do objeto, não ocasionará nenhum prejuízo para o conjunto da solução, ou perda de economia de escala, bem como propiciará ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Nessa senda, a técnica resta provada ser tecnicamente viável, não havendo perda de escala, ocorrerá um melhor aproveitamento do mercado, e haverá um aumento na competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A necessidade da presente contratação encontra-se respaldada no Plano de Contratações Anual do Colégio Militar de Belém.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O resultado imediato pretendido com a contratação é a aquisição de itens inexistentes neste Estabelecimento de Ensino, tendo em vista a necessidade de mobilização dos pavilhões com os mobiliários e equipamentos a serem licitados.

12.2 Outrossim, espera-se que a solução escolhida garanta uma contratação econômica do ponto de vista financeiro e eficiente em todos os aspectos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A Fiscalização Administrativa deverá viabilizar as ações planejadas para acompanhamento das entregas dos produtos de forma satisfatórias, observando as especificações, a validade e a qualidade dos produtos.

13.2 Tendo em vista que a entrega do objeto será imediata, de acordo com o Inciso II, do Art. 95 da Lei 14.133/21, o contrato será substituído pela Nota de Empenho.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG, o Colégio Militar de Belém, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

14.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

14.1.3 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da encomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 O presente Estudo Preliminar, evidencia que a contratação da solução, ou seja, da aquisição de materiais e equipamentos entregue por empresas fornecedoras, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 Diante do exposto, o presente ETP foi elaborado em atenção ao disposto no Inciso I, do Art. 14, Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, considerando que os objetos a serem adquiridos tratam-se de bens comuns, conforme o §1º, do Art. 3º, do Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, combinado com Art. 1º, do Anexo I, do Decreto Nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e que foram atendidos os itens dispostos no §2º, do Art.7º,

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO LUIZ DA SILVA RODRIGUES

Chefe da equipe de planejamento da contratação

LUCAS MONTEIRO DA COSTA

Membro da equipe de planejamento da contratação